



Luta por carreira pública dos engenheiros continua no Senado

Fabricio Bomjardim/Brazil Photo Press/Folhapress



Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Casa em 5 de novembro, o PLC 13/2013 iria à sanção presidencial. No entanto, devido a recurso do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP), projeto terá de ser apreciado em Plenário. FNE segue na mobilização para que seja votado.

Página 5



Entrevista

Um Congresso Nacional mais conservador e empresarial

Página 7

Iluminação pública

Municípios assumem gestão do serviço em 1º de janeiro

Página 4

Frentes de luta e trabalho

Nesta edição, **Engenheiro** traz o andamento da importante luta pela aprovação do PLC 13/2013, que cria a carreira de Estado para engenheiros nas três instâncias da administração pública – municípios, estados e União. Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, em 5 de novembro, a matéria iria diretamente à sanção presidencial. Contudo, devido a recurso feito pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), terá de ser apreciada em Plenário.

Em seminário realizado em São Paulo, em 26 de novembro, foi colocada em pauta a transferência do serviço de iluminação pública para os municípios a partir de 1º de janeiro de 2015. A preocupação é assegurar que as cidades tenham condições técnicas de atender a população sem encarecer o serviço.

Um fórum promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), em 17 de outubro, na cidade de Belo Horizonte (MG), abordou o tema da bioética envolvendo as categorias abrangidas pela entidade.

Ainda na pauta, a entrevista com o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, sobre o perfil do Congresso Nacional a partir de 2015, que será mais conservador.

Em C&T, a máquina de fazer água desenvolvida pelo engenheiro Ricardo Paulino, que pode ser uma solução à crise hídrica que afeta o País. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

Sindicatos, associações e Sistema Confea/Creas juntos em Roraima

União garante valorização

Wolney Costa da Silva

HISTORICAMENTE EM RORAIMA, havia uma divisão política na engenharia. Contudo, há dois anos, as lideranças sindicais, do Sistema Confea/Creas e das associações, buscando a valorização profissional, começaram a traçar ações que estimulassem a união e o fortalecimento da categoria. Intitulado “Movimento Área Tecnológica”, essa organização coletiva conta ainda com o apoio da FNE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) e é um marco histórico. É indubitável que a valorização do engenheiro está associada de maneira indissolúvel ao fortalecimento das suas entidades.

O primeiro passo dessa iniciativa foi buscar compreender o que significa valorização profissional, que não se resume à remuneração. Partindo dessa premissa, buscamos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima (Crea-RR) a efetiva fiscaliza-

ção do exercício ilegal, principalmente nos órgãos públicos, grande empregador da categoria em nosso Estado.

A assembleia geral dos profissionais que foi realizada também identificou como fundamental a criação de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), o qual deveria respeitar o piso dos engenheiros, arquitetos e agrônomos com referência na Lei Federal 4.950/66 e também instituir um salário base para os profissionais da área tecnológica de nível médio. Com o documento elaborado e aprovado pelos trabalhadores, buscamos o diálogo com o governo para expor nossas reivindicações.

Mesmo com toda a nossa organização e mobilização, encontramos grandes dificuldades, mas, por fim, conseguimos sensibilizar o governo, que encaminhou projeto de lei instituindo nosso PCCR à Assembleia Legislativa, onde têm ocorrido inúmeros debates sobre o tema. A expectativa é de que a matéria seja aprovada em 2015, inclusive por

termos o compromisso de empenho nesse sentido por parte da governadora eleita, Suely Campos.

Fundamental para fortalecer esse processo foi a realização, em Boa Vista, do seminário do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” sob o tema “Produção e infraestrutura no Estado de Roraima”. O evento demonstrou a magnitude dos projetos reali-

Vitória importante da coesão das entidades e mobilização dos profissionais foi projeto de plano de cargos, carreira e remuneração. Luta continua por aprovação na Assembleia.

zados pela engenharia e nos garantiram credibilidade para participar efetivamente da elaboração do nosso PCCR. A atividade também contribuiu para que se avançasse no Congresso em relação à carreira típica de Estado para a categoria, já que teve a participação do senador Romero Jucá (PMDB/RR), o qual na época era relator do PLC 13/2013, que tratava do assunto, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) (leia matéria na página 5).

A união das entidades está sendo cada vez mais intensificada. Já conseguimos avançar muito com esse grupo, e outra vitória importante conquistada foi a unidade em torno do apoio à reeleição do presidente do Crea-RR, Marcos Camoeras, reconduzido ao cargo no pleito realizado em 19 de novembro. Assim, seguiremos juntos na luta em defesa dos profissionais.

Wolney Costa da Silva
é presidente do Senge Roraima

MARINGONI

A presidenta dirige-se à cidadania:

- Mercados e mercadas!



ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Maria de Fátima Ribeiro C6, Thereza Neumann Santos de Freitas, Flávio José A. de Oliveira Brizida, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Modesto Ferreira dos Santos Filho, Gerson Tertuliano, Clarice Maria de Aquino Soraggi, José Luiz Bortoli Azambuja, Sebastião Aguiar da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, José Ailton Ferreira Pacheco, Augusto César de Freitas Barros, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz dos Santos, Edson Kiyoshi Shimabukuro, José Carlos Ferreira Rauhen, Lincoln Silva Américo, João Alberto Rodrigues Aragão, Marcos Luciano Camoeras, Gracindo Marques. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misléh. **Diagramadores:** Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** dezembro de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.



Fórum sobre o tema abordou aspectos pertinentes às diversas categorias que compõem a CNTU

Profissionais liberais debatem bioética

Rosângela Ribeiro Gil

Em caráter pioneiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), a partir de proposta da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG), realizou, em 17 de outubro último, em Belo Horizonte (MG), o “Fórum de bioética e sindicalismo contemporâneo”.

O evento reuniu os profissionais liberais que compõem a entidade e especialistas, entre eles o professor da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do assunto na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Volnei Garrafa. Após sua realização, a CNTU aprovou a criação do Departamento de Bioética e Direitos Humanos.



Profissional liberal deve pautar sua ação levando em conta ética da vida, como apontou evento.

conta as suas dimensões social, jurídica e ambiental”. Nesse espírito, ressalta Santos, a confederação propôs o debate. “Ao discutir a ética da vida, o ponto crucial passa a ser a sobrevivência da humanidade e a qualidade de vida, fortalecendo a cidadania e a emancipação humana.”

O diretor de articulação nacional da CNTU, Allen Habert, observa que o movimento sindical tem um aspecto singular e decisivo frente ao tema. “Como reflete e organiza os interesses específicos e gerais das categorias e da classe trabalhadora, pode ser uma força inspiradora nas soluções das questões da bioética.” E mostra que nas discussões sobre o aprofundamento da democracia no Brasil, o barateamento das tarifas das ligações telefônicas ou a implantação da internet pública está inserida a bioética. “Porque ela é o reconhecimento da necessidade dos limites e da ampliação das fronteiras da solidariedade.” Habert ressalta: “Vejo com boas perspectivas a absorção desse tema pelo movimento sindical e em particular pelas nossas áreas profissionais da base da CNTU, que têm uma contribuição inequívoca e plural para o avanço do progresso social e da reinvenção do bom viver e da solidariedade numa sociedade cada vez mais fragmentada, estressada e desigual.”

Para o vice-presidente da FNE, Carlos Abraham, que participou da iniciativa, o tema é fundamental para as decisões que envolvem alterações ambientais. Assim, ele defende que “a avaliação dessas consequências deve pautar todo o processo decisório da atividade”. Na sua concepção, a engenharia é o campo profissional que causa maior impacto sobre a vida das pessoas.

Ele acredita que não há como fugir dos aspectos éticos nas decisões sobre projetos e grandes obras de infraestrutura. Ainda conforme Abraham, a informação técnica não é suficiente para sustentar uma base sólida de análise de risco. “É preciso também uma discussão profunda no campo ético”, argumenta. O fórum, avalia, colocou claramente que a bioética busca a reflexão sobre as consequências que advêm de decisões ligadas aos profissionais liberais da CNTU.

Além da engenharia, durante o evento foram abordados temas relacionados a cada uma dessas profissões, tendo como eixo os conflitos que permeiam sua atuação. “Por exemplo, os economistas pautaram questões relacionadas ao perfil demográfico inerentes à distribuição de renda, exclusão e inclusão social, e como isso determina a qualidade de

vida das pessoas”, resgata Santos. Já os farmacêuticos, prossegue, apresentaram os problemas causados pela postura das indústrias do setor relacionados às pesquisas de novos fármacos, bem como os conflitos de interesse entre elas, tanto na fase de produção como na de distribuição e marketing. Os nutricionistas debateram aspectos da segurança alimentar, ressaltando a questão dos transgênicos e a alimentação orgânica. Os cirurgiões-dentistas relacionaram edentulismo (falta de dentes) e exclusão social, tanto do ponto de vista do mercado quanto da autoestima e felicidade. E os médicos trataram de um tema que tem impactado a área: a judicialização da saúde, fenômeno que tem crescido no País.

Mais participação

O fórum definiu ainda que cada entidade integrante da CNTU incentive a discussão sobre bioética com as respectivas categorias, para uma participação mais crítica e inovadora. “Também foi colocada a necessidade da realização de outros seminários como forma de agregar valor ao projeto ‘Brasil Inteligente’”, informa Santos, referindo-se à iniciativa idealizada pela confederação, que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, reconhecer e mobilizar as capacidades de todos de criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social (leia mais em <http://goo.gl/cBJYXg>).

Santos acredita que tal reflexão ajuda o profissional liberal a dimensionar de forma mais criteriosa e real a sua ação, “pois passa pelo prisma da responsabilidade ética de sua conduta”. Além disso, continua, “aumenta o seu arcabouço epistemológico sobre os dilemas morais existentes, levando-o a refletir de forma crítica sobre o seu papel enquanto agente transformador dentro da perspectiva de uma sociedade mais justa e mais fraterna”.

Entidade coloca em pauta compromisso da mão de obra qualificada com a vida e avança em agenda de trabalho pela cidadania e emancipação humana.

Para o presidente do CRO-MG e diretor da FIO, Luciano Eloi Santos, a confederação ousa ao propor esse debate, indo além das históricas bandeiras do movimento sindical. “A CNTU, ao lidar com as profissões liberais, tem o compromisso ético de disseminar a cultura de valorização dos direitos humanos, da autonomia dos indivíduos, pois somos formadores de opinião e devemos nos comprometer em construir uma sociedade mais justa e democrática”, destaca.

Conforme o artigo 1º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, aprovada em 2005 pela Unesco, a bioética “trata das questões de ética suscitadas pela medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias que lhes estão associadas, aplicadas aos seres humanos, tendo em

A partir de 2015, prestação do serviço sairá das mãos das distribuidoras, conforme norma da Aneel

Iluminação pública é dos municípios

Rosângela Ribeiro Gil

A cerca de 30 dias do encerramento do prazo para a transferência de ativos de iluminação pública (IP) das concessionárias para as prefeituras, municípios brasileiros ainda enfrentam problemas para receber os equipamentos em condições adequadas e não prejudicar a prestação do serviço. Apesar disso, o superintendente de Regulação dos Serviços Comerciais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Marcos Bragatto, garante que não haverá mais prorrogação de data – ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2015, o serviço deverá ser gerido pelos municípios. A questão foi tratada em seminário realizado pelo Seesp e o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), com apoio da FNE, no dia 26 de novembro, na capital paulista.



Carlos Kirchner, Marcos Bragatto, Murilo Pinheiro e o coordenador do projeto "Cresce Brasil", da FNE, Fernando Palmezan, durante seminário.

Seminário realizado em São Paulo demonstrou despreparo das cidades para assumir a tarefa e dúvidas quanto às condições dos ativos que receberão das concessionárias.

grande maioria, no Estado de São Paulo (dos seus 640 municípios, apenas 129 já cuidam do sistema), vindo, na sequência, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Amapá e Roraima.

Em Alagoas, a saída foi a criação de um consórcio, em 2008, para “unir esforços e reduzir as despesas com a iluminação”, lembrou o superintendente do Consórcio Intermunicipal para Gestão em Iluminação Pública (Cigip), Djalma Lira. “Começamos com 11 municípios, hoje temos 72”, destaca, informando que o Estado tem 102 cidades. Lira explica que os consorciados têm vários serviços disponíveis, entre eles, assessorias jurídica e técnica, cursos de qualificação para os profissionais da área e projetos elétricos, e que conseguiram melhorar a eficiência energética com redução de gastos.

Em São Paulo, no entanto, muitas prefeituras resistem à transferência de ativos por meio de liminares judiciais. É o caso de Salto, que tem 14.113 pontos de IP, sendo 2.686 próprios e 11.427 da concessionária. O engenheiro eletricista Evandro Sanches, representando a Prefeitura local, esclareceu que a liminar não tem o propósito de evitar a transferência,

mas de garantir que o município se prepare adequadamente para prestar o serviço. Ele reclama que os dados fornecidos pela distribuidora não têm precisão. “O nosso parque de iluminação pública está sucateado. Precisamos de um relatório técnico para embasar tal situação.”

O mesmo acontece em Bauru, cidade paulista de médio porte, com 362 mil habitantes. Maurício Pontes Porto, secretário municipal de Negócios Jurídicos, explica que a transferência vai ocorrer, “mas queremos saber em quais condições”. Para ele, as prefeituras devem brigar judicialmente para estender o prazo. Posição reforçada pelo diretor do Seesp, Carlos Kirchner, para quem essas devem ajuizar ações e mostrar à Aneel que a transferência não foi feita por motivos que fogem à responsabilidade da municipalidade, solicitando, por isso, prorrogação do prazo.

Questões técnicas

Paulo Takeyama, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), está preocupado com as questões técnicas envolvidas no processo. Para ele, é

imperativo que o Termo de Responsabilidade introduzido na revisão da norma da Aneel, em dezembro do ano passado, “venha acompanhado de laudo técnico emitido por profissional habilitado no Sistema Confea/Crea”. Esse, explicou, é um parecer com a conclusão da perícia, no qual são informados os resultados obtidos com as análises conclusivas de instalações, construções executadas ou existentes, feitas por prestadoras de serviços técnicos ou pela própria empresa, se atendem ou não as normas e legislações vigentes.

Outro cuidado necessário, segundo Kirchner, é a medição do consumo de energia elétrica. Conforme norma da Aneel, o custo de instalação e fornecimento de medidor é da distribuidora, sem ônus ao município. Ele informa que o artigo 22 da Resolução 414 determina que a concessionária instale o equipamento sempre que houver solicitação por parte do poder público local. O diretor do Seesp orienta ainda que os municípios criem práticas administrativas para evitar gastos públicos incorretos e manter vigilância sobre os valores cobrados pela distribuidora.

Recurso impediu que projeto de lei de interesse dos engenheiros seguisse à sanção presidencial

Carreira pública será votada no Senado

Soraya Misleh

Em 5 de novembro último, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou por oito votos a seis o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 13/2013, que institui a carreira de Estado para engenheiros (inclusive agrônomos) e arquitetos que atuam como efetivos no serviço público federal, estadual e municipal. Para tanto, acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

No entanto, as comemorações pelo avanço dado à remuneração justa e valorização profissional – bandeiras da FNE – duraram pouco. Uma atitude inusitada as interrompeu: ao final do prazo para recurso (dia 14 no final da tarde), o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ingressou com requerimento nesse sentido, o que impediu que o PL seguisse diretamente à sanção presidencial. Caso esse parlamentar não retire tal requerimento – como pleiteia a FNE –, o projeto de lei deverá ser apreciado pelo Plenário daquela Casa antes de chegar às mãos da presidente Dilma Rousseff.

Relator na CCJ, o senador Romero Jucá (PMDB/RR) destaca: “O projeto não é inconstitucional, é uma sinalização política e

FNE trabalha agora para sensibilizar parlamentares quanto à importância e constitucionalidade da matéria.

técnica que não impinge em acréscimo de salário. Os servidores concursados dessas áreas já estão atuando, mas precisam ter o papel reforçado e valorizado, como ocorre com outras carreiras no serviço público.” Por seu empenho e compromisso para que se alcançasse essa vitória na CCJ, Jucá foi agraciado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) com o prêmio Personalidade Profissional em Engenharia 2013. Ele é categórico: “Os engenheiros e arquitetos são muito importantes para o



Sessão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprova carreira de Estado para engenheiros.

País, que precisa de infraestrutura logística, ampliar seu crescimento, e tem nessas carreiras técnicas uma base importante. Aprovamos e reconhecemos essas carreiras dentro do setor público, que serão consideradas típicas de Estado. Portanto, é um fortalecimento de seu papel no setor público, o que tem impacto imediato nas condições de trabalho.”

Visão que vai ao encontro da necessidade apontada no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006 e atualizado desde então, de se garantir mais e melhores engenheiros ao desenvolvimento nacional sustentável. Segundo afirmou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da federação, a falta de valorização profissional dificulta a consolidação desse cenário e para reverter tal quadro, a aprovação do projeto é fundamental. A introdução da carreira de Estado para engenheiros é uma forma de dotar as administrações públicas dos profissionais necessários ao desempenho de suas atividades, seguindo exemplos como o da China, cuja expansão econômica vem sendo marcante, que mantém no setor público grande contingente desses profissionais.

Em reportagem publicada em 2013 no jornal *Engenheiro*, o autor do projeto, de-

putado federal José Chaves (PTB/PE), que é engenheiro civil, observou que o projeto deveria atrair a atenção do gestor público para a necessidade de contratar mais profissionais e estruturar melhor as áreas técnicas. “Assim, teremos condições adequadas de fazer mais estudos e projetos, em quantidade e melhor qualidade”, afirmou. Passando ao *status* de carreiras típicas de Estado, explicou o parlamentar na reportagem, os profissionais, se forem servidores públicos estáveis, têm direito a garantias especiais contra a perda dos seus cargos. “Atualmente, diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras, têm esse benefício.”

No mesmo texto, o presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal (Anseaf), José Roberto Senno, destacou que o projeto não significará qualquer ônus aos governos. “Cria apenas um *status* para o profissional”, observou, informando que hoje existem 16 carreiras típicas de Estado, como a do advogado. Ele lembrou que a engenharia é uma atividade que está presente na administração pública desde a Independência do Brasil.

O vice-presidente da FNE, Carlos Abraham, acompanhou a votação na CCJ,

juntamente com o diretor do Seesp, Celso Atienza. Destacando a importância do projeto inclusive ao controle de gastos em obras públicas, esse último frisou: “Estão sendo feitas gestões pela sua aprovação.”

Histórico

O PLC foi apresentado em 16 de abril de 2013. Objeto de audiências públicas na Câmara dos Deputados, em que a FNE esteve presente, havia sido aprovado em 7 de agosto do ano passado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, com relatoria da senadora Ana Amélia (PP/RS). Antes, em 15 de julho, os dirigentes da federação puderam destacar a relevância da matéria em reunião com essa parlamentar. O tema foi também objeto de correspondência enviada em 12 de agosto à presidente Dilma Rousseff, na qual a entidade salientava a importância de se valorizar os engenheiros brasileiros – o que foi reiterado pela FNE e sindicatos a ela filiados junto aos diversos candidatos a cargos majoritários nas últimas eleições gerais. “É preciso dar esse passo fundamental para a organização do Estado e da mão de obra imprescindível ao seu funcionamento”, disse Pinheiro à época.

Colaborou Rosângela Ribeiro Gil

GO

Senge Jovem em ação



Caroline Santana

Emely Gomes ministra palestra sobre valorização profissional.

O maior torneio de robótica da região, o IV Desafio Mecatrônico (Demec), foi realizado no dia 12 de outubro último pelos alunos de Engenharia de Controle e Automação do Centro Acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com parceria do Senge Jovem. Foram dois dias de atividades voltadas à Fórmula Robô e Sumô Robótico. A competição visou desenvolver habilidades como a capacidade de identificar e resolver problemas, projetar e construir equipamentos com recursos disponíveis, desempenho e competitividade dos universitários. Os jovens acadêmicos agradeceram o sindicato e parabenizaram o presidente do Senge, Gerson Tertuliano, pelo auxílio na organização e pelo apoio aos futuros engenheiros em ações empreendedoras e técnicas que promovem o aperfeiçoamento, destacando a tecnologia e o desenvolvimento da profissão em Goiás.

Na Faculdade Alves Farias (Alfa), no dia 30 de outubro, foi ministrada a palestra “Valorização profissional” pela representante do Senge Jovem, Emely Gomes, a cerca de 30 estudantes. “Foi extremamente satisfatória, já que a nova abordagem do tema proporcionou dinamismo e interação com os participantes. Eles querem assuntos atrativos, e todos responderam positivamente na busca de um sistema mais colaborativo”, avaliou ela. A solicitação foi do engenheiro electricista, efetivo do Conselho Municipal de Política Urbana (Compur), Jovanilson Faleiro de Freitas, que é professor da disciplina “Gestão de carreira” na instituição.

MA

Sindicato tem novo site

O Senge Maranhão lançou em 11 de novembro, durante evento em São Luís, o seu novo site (www.sengema.com.br), que tem o objetivo de aprimorar a comunicação da entidade com a categoria e a sociedade. “Essa era uma aspiração antiga do nosso sindicato”, afirmou o presidente Berilo Macedo. Na ocasião, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, destacou a importância das ferramentas virtuais e a necessidade de que haja universalização da banda larga no Brasil para que todos possam ter acesso. Ainda marcando a inauguração da plataforma digital, o publicitário e

professor Guilbert Macedo fez uma palestra apontando a relevância da internet no Brasil e a necessidade de as instituições usarem-na devidamente para atingir seus objetivos.



Joachim Neto

Guilbert Macedo, Murilo Pinheiro e Berilo Macedo: internet em pauta.

SC

Entidade aprova orçamento e planeja 2015

Foi realizada no dia 15 de novembro último a Assembleia Geral Ordinária do Senge-SC para aprovar sua previsão orçamentária para o próximo ano. O diretor-financeiro, Fábio Ritzmann, apresentou uma planilha detalhada que foi discutida e aprovada pelos associados. Além disso, o Conselho Diretor se reuniu para planejar 2015. Dentre as propostas tiradas, destacam-se: as negociações coletivas, o projeto de capacitação profissional com realização de cursos que deverão acontecer no auditório a ser construído na sede da entidade. Outro é

o Cresce Santa Catarina, que pretende debater com a sociedade catarinense as obras encalhadas no Estado, como a duplicação da BR 280 e a 470, e o projeto do piso salarial no setor público, especialmente agora com a possibilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 13/2013, que acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamenta o exercício da atividade de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos que ocupam cargos efetivos nos serviços públicos federal, estadual e municipal.

CE

Assinada convenção com o Sinaenco

O Senge-CE assinou Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015 com o Sindicato das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva do Ceará (Sinaenco-CE). Pelas negociações, ficou estabelecido piso salarial conforme a Lei 4.950-A/66 para jornadas de oito e seis horas diárias, caso dos profissionais com até um ano de formados, que terão quatro horas semanais para

treinamento. Segundo a presidente do Senge, Thereza Neumann Santos Freitas, os salários acima do piso serão corrigidos em 6,5% na data-base de 1º de maio. Entre outros benefícios, a convenção prevê auxílio-refeição de R\$ 20,00 por dia trabalhado, com subsídio mínimo de 80%. A convenção está disponível no [link](http://sengece.com.br/senge/convencao-coletiva) <http://sengece.com.br/senge/convencao-coletiva>.

RS

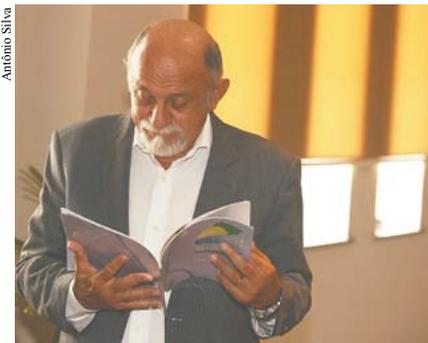
Eleições Confea/Creas: modalidade de votação dificulta participação

O Senge-RS publicou na imprensa gaúcha matéria paga lamentando a falta de interesse do Sistema Confea/Creas em dar oportunidade aos profissionais de voto eletrônico e por correspondência nas eleições à Presidência dos conselhos, facilitando a ampliação da participação da categoria. O atual modelo exige que as pessoas se desloquem em dia útil, às vezes em grandes distâncias, se quiserem votar numa eleição cujo sufrágio não é obrigatório. Isso desestimula a participação e negligencia a tecnologia já de domínio comum na sociedade e amplamente utilizada para promover debates sobre os mais diversos temas.

PA

Projeto “Cresce Brasil” entregue ao governador reeleito

Após conceder entrevista ao Senge, ocasião em que discorreu sobre os desafios dos próximos quatro anos, os setores produtivos, grandes projetos e temas relacionados à categoria, o governador do Pará, Simão Jatene, em seu terceiro mandato, recebeu da presidente da entidade, Eugênia von Paumgarten, a publicação “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Novos desafios”, lançada pela FNE em julho de 2014 com as propostas aprovadas pela categoria. Os interessados podem consultar o documento no [link](http://www.crescebrasil.org.br/index.php/novos-desafios-2014) <http://www.crescebrasil.org.br/index.php/novos-desafios-2014>



Simão Jatene, reeleito governador do Pará, recebe publicação.

Bancada sindical foi reduzida em Parlamento brasileiro que é dos mais conservadores, diz especialista

Mobilização para evitar retrocessos

Soraya Misleh

Findas as eleições gerais de 2014, o quadro que se verifica é preocupante, inclusive aos trabalhadores. Essa é a opinião de jornalista Antonio Augusto de Queiroz, expressa nesta entrevista ao **Engenheiro**. Diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), ele destaca que é preciso mobilização para garantir avanços e se contrapor à retirada de direitos. No Executivo, enfatiza necessidade de se fortalecer Ministério do Trabalho – o que é defendido pela FNE.

Como fica a bancada sindical no novo Congresso Nacional, que assumirá em 1º de janeiro de 2015?
A bancada sindical sofreu uma redução drástica na eleição, de 91 para 60 no Congresso Nacional. Isso aconteceu no momento em que os trabalhadores mais vão necessitar de reforço no Parlamento, porque a bancada empresarial cresceu e vem muito forte sobre os direitos trabalhistas, e o governo, embora eventualmente possa não concordar com as mudanças propostas pelos empresários, não tem mais meios de fazer renúncias, incentivos fiscais etc.. E aí vão querer manter o nível de renda e lucratividade que têm hoje através do corte de direitos.

Entre as principais ameaças aos direitos trabalhistas está o projeto que generaliza a terceirização, aponta Diap.

A bancada empresarial cresceu quanto?

Identificamos lá 217 que são proprietários de meios de produção. Não concluímos ainda os levantamentos daqueles que foram financiados pelo setor empresarial e que, mesmo não sendo empresários, pertencem à bancada. A estimativa nossa é que seja próxima de 300; antes eram 273 em todo o Congresso Nacional.

Qual a explicação para isso?

A explicação é que se priorizou a máquina, em detrimento dos candidatos

do movimento social. Em segundo lugar, os custos de campanha tiveram efeito muito forte sobre o resultado da eleição. Em terceiro, os trabalhadores não se empenharam na eleição dos seus representantes, optaram por candidaturas vinculadas a outros segmentos. Faltou, na minha avaliação, o empenho das entidades sindicais no sentido de enfatizar que a presença da bancada é muito importante.

Comparado com os anos anteriores, esse Congresso é pior para os trabalhadores?

Eu acho que é um dos congressos dos mais conservadores, dos vários pontos de vista, não apenas trabalhista, mas social também. Não elegeu na área de direitos humanos, por exemplo, uma série de parlamentares vinculados a esse segmento; na questão ambiental, muitos não conseguiram renovar seu mandato, e em contrapartida, a bancada ruralista cresceu muito. É muito ruim para a sociedade. Do ponto de vista social, muito conservador; do ponto de vista econômico, liberal; e atrasado, do ponto de vista dos direitos humanos e do meio ambiente.

Há ameaça de flexibilização dos direitos trabalhistas? E quanto às bandeiras históricas do movimento sindical que estão esperando por aprovação no Congresso?

O empresariado vai vir com força total, e os trabalhadores têm que se mobilizar junto ao Congresso e ao governo para não deixar aprovar isso (projetos que resultem em flexibiliza-

ção de direitos), compensar a perda da bancada sindical com mais presença no Parlamento, mais cobrança, mais fiscalização.

Na sua opinião, temas como terceirização e outros relativos à flexibilização de direitos trabalhistas devem ser colocados em pauta logo que esse Congresso assumir?

Sem dúvida. Assim que tomarem posse, vão priorizar esse tipo de agenda, e cabe aos trabalhadores resistirem para não permitir que haja retrocessos. Existem duas agendas. Uma positiva, que inclui uma série de projetos, como redução da jornada de trabalho, combate ao assédio moral, proibição de dispensa imotivada, garantia de estabilidade, fim do fator previdenciário,

Paulo Negreiro



Antonio Augusto de Queiroz: barrar medidas de interesse do empresariado exigirá mais esforço.

regulamentação da Convenção 151 da OIT (*Organização Internacional do Trabalho*) – relativa ao princípio da negociação coletiva ao funcionalismo público –, que devem ser priorizados, pautados pelo movimento, é preciso trabalhar a favor desses projetos. E uma negativa, à qual é necessário se contrapor, que é a terceirização, flexibilização, trabalho intermitente no formato proposto pelos conservadores, o projeto que na prática acaba com a prescrição, condicionando a reclamação de direitos futuros a que haja ressalva na rescisão, o Simples trabalhista (*que institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal para micro e pequenas empresas*), tudo isso implica retrocesso.

E quanto ao Executivo?

O que é preocupante é que vem aí uma equipe econômica muito preocupada com ajuste fiscal, o que certamente significará mudanças negativas na concessão do seguro-desemprego, restrições também na concessão do abono do PIS (*Programa de Integração Social*) e mudança nos requisitos para obtenção de pensão, com instituição de carência. São projetos que virão do governo federal e é preciso brigar para que não haja prejuízos aos trabalhadores e no Congresso, para não aprovar.

A escolha do Ministro do Trabalho pode ser um contraponto?

Sem dúvida. O Ministério do Trabalho tem que integrar a equipe econômica, tem que fazer o contraponto para defender os trabalhadores internamente, e o atual Ministério não vem cumprindo esse papel. É apenas comunicado das decisões, é preciso fortalecê-lo e valorizá-lo, é seu papel participar de todas as discussões que digam respeito a investimento, ao que tem relação direta com emprego.

Aprimorado a partir de projeto militar dos anos 1960, equipamento usa umidade do ar para fabricação

A máquina de fazer água

Deborah Moreira

Um estudo que teve início 20 anos atrás ganhou notoriedade diante da crise hídrica que assola parte do País, especialmente o Estado de São Paulo, onde parcela da população já pena com a falta de água. Buscando obter o líquido precioso de fontes não convencionais, o engenheiro mecânico Pedro Ricardo Paulino, após diversas pesquisas, criou em 2009 a Wateair, sediada na cidade paulista de Valinhos, que comercializa máquinas movidas a energia elétrica que produzem até 5 mil litros de água potável ao dia para fins medicinais ou consumo direto.

Basicamente, ocorre um processo de condensação do ar, que passa ao estado líquido, após redução de temperatura. Conforme Paulino, isso não gera danos ambientais, já que a água que está no ar é cíclica e não afeta o equilíbrio da umidade do ar. No passo seguinte, é feita filtragem em alta pressão para separar impurezas, como nitratos e nitritos, e estabilizar a água. Depois, o produto obtido passa por uma superfiltragem por osmose reversa (remoção de todos os agentes contaminantes nocivos à saúde), desinfecção e mineralização.

Segundo o engenheiro, o grande pulo do gato não está na simples produção da água a partir da umidade do ar, mas na garantia da sua potabilidade, que só foi alcançada graças a um sistema informatizado desenvolvido por ele que monitora a qualidade do líquido uma vez por segundo. “Isso é



O brasileiro Pedro Ricardo Paulino, engenheiro que inventou a máquina de fazer água.

responsável por liberar o fluxo dos filtros e o acionamento das diversas válvulas que fazem toda essa correção de potabilização”, explica. Esse diferencial, afirma Paulino, é o que encarece o produto, que custa de R\$ 8 mil (com capacidade de 30 litros ao dia) a R\$ 345 mil (para 5 mil litros). Mas é também o que assegura que a água seja boa, leve e possua propriedades mineralizantes para que o organismo humano absorva e se hidrate rapidamente.

Paulino conta que teve a ideia de buscar uma solução para a questão em 1993, quando trabalhava em uma multinacional que produz máquinas hospitalares. “A empresa

me enviou à África para resolver a questão dos equipamentos de hemodiálise, que são alimentados com água ultrapura, não potável. Concluímos que não seria viável usar água de poço ou da chuva. Então fomos buscar tecnologia em outros países e nessas andanças cheguei a Israel”, lembra.

De acordo com ele, o exército daquele país desenvolveu o sistema, no final da década de 1960, para as tropas em movimento em terra. “Só que a ideia foi abandonada porque o equipamento era muito grande, difícil de ser transportado, gerava pouca água e que não era potável”, completa o engenheiro mecânico. Ele aprimorou a proposta militar e chegou ao modelo atual, que tem pouco conteúdo nacional – 85% dos itens usados na fabricação são importados.

Mercado

Segundo Paulino, 85% do mercado da Wateair atualmente estão no Oriente Médio e África. “Foi quando deixei um equipamento em exposição na Embaixada da Liga dos Países Árabes que nosso mercado começou a ser ampliado. No Oriente Médio implementamos projetos de substituição de usinas de dessalinização, que têm custo

muito alto e impacto ambiental imediato, já que a usina precisa devolver o sal ao mar, o que prejudica a vida marinha.”

A empresa segue ganhando mercados no exterior. Está prevista para 2015 a implantação de uma nova fábrica de equipamentos de pequeno porte para uso doméstico em Abu Dhabi, onde o custo de produção será 44% inferior ao nacional. De acordo com ele, as vantagens da cidade dos Emirados Árabes residem na carga tributária, que seria uma das menores do mundo, no preço da energia elétrica, também mais em conta que no Brasil, e na alta renda *per capita*. Por enquanto, informa Paulino, os equipamentos de grande porte ainda serão montados no País. Mas, no médio e longo prazo, ele acredita que a linha de produção será transferida para o exterior, para terem preços mais competitivos.

As máquinas de fazer água atravessaram o Oceano Atlântico depois que as vendas no Brasil ficaram aquém das expectativas. Conforme Paulino, a solução já foi oferecida a diversas administrações estaduais, mas não houve interesse. No início de novembro último, Paulino reuniu-se com representantes do governo paulista para apresentar uma alternativa para reduzir os efeitos da crise hídrica no Estado: a construção de miniusinas às margens dos rios Tietê e Pinheiros, onde há maior umidade do ar. Ao final do mês, no fechamento desta edição, ainda não havia posicionamento oficial quanto à proposta, que não teve seu custo revelado. “Há interesses e apoios políticos que falam mais alto do que a busca por uma solução que vai atender melhor”, lamenta.

Apesar das dificuldades no mercado nacional, mais recentemente, a empresa conseguiu alguns contratos no País, especialmente após ter ganhado espaço na mídia. Um deles, informou Paulino, foi firmado com a Norte Energia para instalar 400 unidades com capacidade de mil litros por dia cada uma, em unidades rurais erguidas na região da Usina de Belo Monte, no Pará, para receber famílias desalojadas com sua construção.



Equipamento de grande porte que produz até 5 mil litros ao dia, desenvolvido para atender pequenas comunidades, complexos comerciais, entre outros polos.